



PLANO INDIVIDUALIZADO DE TRANSIÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Vanessa Cabral da Silva Pinheiro: Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) / Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Annie Gomes Redig: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Eixo Temático 12: Educação Especial; Profissionalização; Programa de transição e; Trabalho.

Categoria: pôster

RESUMO: A escolarização dos alunos com deficiência não deve ser pensada apenas na questão de conteúdos acadêmicos, mas é necessário, também, o desenvolvimento de habilidades voltadas para o mundo do trabalho e vida adulta. Entendemos que é de suma importância a ressignificação dos métodos de ensino no Atendimento Educacional Especializado – AEE para os estudantes com deficiência intelectual matriculados no segundo segmento do ensino fundamental. Devido ao fato de que eles chegam tardiamente neste período da escolarização e muitos não têm perspectivas de futuro pós-escola, considerando a realidade educacional e social destes jovens. O objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de pesquisa cujo foco é investigar as possibilidades da elaboração e aplicação do Plano Individualizado de Transição (PIT) no contexto do AEE com alunos com deficiência intelectual matriculados no segundo segmento do Ensino Fundamental. As ações da pesquisa estão estruturadas de acordo com a matriz qualitativa da pesquisa, consoante com os pressupostos da pesquisa-ação. Os sujeitos da pesquisa são jovens com deficiência intelectual, atendidos no AEE, no contraturno e cursando os anos finais do ensino fundamental numa escola na rede FAETEC. Pretende-se que os resultados da referida pesquisa, possam colaborar e incentivar a elaboração de diretrizes para o trabalho pedagógico na perspectiva da inclusão social e laboral com os alunos jovens e adultos que possuem deficiência intelectual.

PALAVRAS CHAVES: Plano Individualizado de Transição; Deficiência Intelectual; Inclusão



INTRODUÇÃO

Entre os desafios presentes no cenário educacional moderno, sobretudo no que se refere aos serviços e suportes da Educação Especial, a escolarização de alunos com deficiência intelectual ainda se apresenta como um desafio à escola comum. Sobre isto, Fontes, Pletsch, Braun e Glat (2009, p. 81) já ponderam que:

Embora levando em consideração a grande variação individual e termos de desempenho escolar e social, esses alunos apresentam, caracteristicamente, um ritmo de aprendizagem mais lento do que seus colegas da mesma faixa etária, necessitando de um maior tempo para realizar suas tarefas. Sua capacidade de abstração e generalização também se mostra mais limitada, e eles podem, ainda, ter maior dificuldade para formação de conceitos e memorização. [...] Atraso no desenvolvimento psicomotor, da percepção sensorial, linguagem e comunicação são muito comuns. Quase sempre esses sujeitos apresentam uma significativa imaturidade social comparada com pessoas da mesma idade.

Sendo assim, para este público, alunos com deficiência intelectual, que encontra muitas dificuldades em sua escolarização, devem ser pensadas ações pontuais em programas e serviços educacionais que os atendem, nos âmbitos acadêmicos, sociais e laborais. A escolarização dos alunos com deficiência não deve ser pensada apenas na questão de conteúdos acadêmicos, mas é necessário, também, o desenvolvimento de habilidades voltadas para o mundo do trabalho e vida adulta. Compreendemos, com isso, que

É necessário que as escolas promovam uma formação que oportunize aos seus alunos uma provisão de serviços de qualidade voltados para inclusão no mundo do trabalho e na vida social adulta, de modo geral. Nesse sentido, a preparação profissional deve ocorrer enquanto o jovem ainda esteja na escola, independentemente do espaço onde aconteça a escolarização, seja em escola comum ou em uma instituição especializada. (MASCARO, 2016, p. 11)

Portanto entendemos que é de suma importância a ressignificação dos



métodos de ensino no Atendimento Educacional Especializado – AEE para os estudantes com deficiência intelectual matriculados no segundo segmento do ensino fundamental. Devido ao fato de que eles chegam tardiamente neste período da escolarização e muitos não têm perspectivas de futuro pós-escola, considerando a realidade educacional e social destes jovens.

No que se refere à proposta de pesquisa, este público está caracterizado por um considerável número de jovens e adultos com deficiência intelectual, matriculados no segundo segmento do Ensino Fundamental e concomitantemente, no AEE:

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (BRASIL, 2009, p. 1)

Como Mascaro (2016) advoga é eminente a necessidade de reestruturação do processo de ensino para estudantes com deficiência intelectual, independente dos contextos educacionais que este alunado faça parte. Isto significa que cabe atentarmos tanto para aqueles que estejam em turmas comuns, como os que estiverem no ensino especial. Diante deste posicionamento, a qual compartilhamos, a autora justifica que

[...] a relevância para o desenvolvimento do trabalho educacional com esses alunos não reside no espaço onde essa educação aconteça, mas sim, no entendimento de quem é a pessoa com deficiência intelectual e quais são as suas necessidades, por um lado, e, por outro, as possibilidades que temos, enquanto educadores, de proporcionar uma educação que efetive sua inclusão acadêmica e social. (MASCARO, 2016, p. 54)

Ainda segundo Vieira (2017, p.524),

A escola é lugar de construção de conhecimento acadêmico e, por isso, a educação escolar de pessoas com deficiência intelectual exige um posicionamento crítico e responsável de todos os educadores,



pois nos força ao enfrentamento de uma realidade social que ultrapassa a questão da história de discriminação e exclusão: a questão de não sabermos ainda ensinar a esses alunos de modo que sejam, também, construtores de conhecimento científico e não apenas sujeitos de socialização.

Partimos da premissa que todos os sujeitos, independentes de suas características físicas, sociais e/ou biológicas, possuem habilidades em diferentes níveis de interação com a sociedade. Com isso, tais habilidades devem servir de fonte propulsora de seu desenvolvimento e aprendizagem e, portanto, necessitam ser aproveitadas pelos profissionais de educação que irão atuar com os mais diferentes sujeitos mediando sua aquisição de novos conceitos e competências.

Ao pensarmos no processo de educação do sujeito com deficiência intelectual, devemos perceber as habilidades que o aluno possui, as que estão em construção e as que ainda podem ser ampliadas para que ele alcance os objetivos propostos, seja no âmbito acadêmico, laboral e/ou social. Desta forma, é importante a utilização de suportes e instrumentos pedagógicos para o seu aprendizado. Não dizemos com isso, que seu processo de educação se encontrará pautado em somente no que o sujeito com deficiência intelectual pode fazer, sem atentar ao que é potencial em seu desenvolvimento. Nessa dinâmica, a aprendizagem do sujeito com deficiência será instigado com base no que já realiza em vista que ao que ainda será possível realizar e é o profissional de Educação que terá o papel privilegiado neste processo.

Alguns pontos se fazem importante esclarecer para que seja traçado uma proposta pedagógica que vise o desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual. Devemos pautar o processo de pedagógico com base na idade do sujeito, de forma que as habilidades a serem desenvolvidas sejam compatíveis com a referida idade. Por exemplo, não cabe trabalharmos atividades e recursos infantis com um adulto; ou mesmo valorizar comportamentos de uma criança. O adulto terá interesses compatíveis à sua idade, tal como gosto musical, relacionamento amoroso, entre outros. Vale



ênfatizar que é fundamental estabelecer um diálogo com os educandos de modo que eles expressem seus desejos. O processo de comunicação é vital para a interação humana; devendo ser esta uma habilidade essencial no processo de mediação.

Importante destacar, a questão da formação profissional da pessoa com deficiência. Segundo Fogli (2010) No Brasil, a despeito do aumento da educação profissional apontado na década de 1930, a formação para o trabalho de pessoas com deficiência não recebeu a mesma atenção que foi reservada para a capacitação das demais pessoas. Esta ação se concentrava nas duas instituições federais, o Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Educação de Surdos, que promoviam alguns programas. Fogli (2010, p. 60) afirma ainda que a posteriori, com a contribuição da Dra. Helena Antipoff, foi possível, “a formação profissional desse público e a sua colocação no mercado de trabalho, tendo como foco uma política de reabilitação, sem se configurar exatamente em uma dimensão educacional”

Podemos afirmar então que nesse contexto, a exclusão é uma questão social, tendo o trabalho um papel essencial nesse processo, especialmente em uma sociedade capitalista (CASTEL, 1995). O fato é que embora a formação profissional da pessoa com deficiência seja uma questão histórica, ainda hoje:

[...] apesar de haver, no campo do trabalho, iniciativas no sentido da inclusão, estas ainda se mostram excludentes, não somente em relação às pessoas com deficiência, quando comparadas às pessoas sem deficiência, mas, também, excludente no que se refere aos tipos de deficiência (CARVALHO-FREITAS, 2015 p. 219)

Portanto, para que os profissionais da educação possam mediar o desenvolvimento e aprendizagem, precisamos partir das habilidades e potencialidades do sujeito com deficiência; de forma que tais profissionais elenquem as expectativas sobre o desenvolvimento dos educandos. Tais expectativas serão fonte do trabalho pedagógico, bem como as habilidades e potencialidades.



A prática laboral curricular, na concepção desta proposta, visa propiciar aos alunos o desenvolvimento de competências e habilidades através da vivência de situações contextualizadas que estimulem desafios e gerem um maior envolvimento. Isto levará o aluno a decidir, opinar, debater e construir com autonomia o seu aprimoramento pessoal, ponderando os princípios da autogestão e autodefensoria. Estes princípios referem-se ao processo de autonomia e participação de pessoas com deficiências, na medida em que se envolvem pessoalmente na luta pela defesa de seus direitos, tomando suas próprias decisões a respeito de suas vidas, reivindicando voz e espaço para externar suas ideias, desejos, expectativas e necessidades (GLAT, 2004).

Esta proposta visa contextualizar os alunos com a realidade laboral, e nesse sentido, a pessoa com deficiência intelectual poderá vivenciar de forma menos crítica o período de transição para a vida pós-escola, que segundo Carvalho (2017 p. 37), compreende “um período importante e potencialmente difícil para todos os jovens, já que têm de ser capazes de tomar decisões acerca do seu futuro”, na medida em que os suportes que receba, atendam a essa demanda. Para tal, é imprescindível que ocorra um planejamento para essa etapa da vida do aluno.

Importante destacar que o meio pelo qual pensamos esta trajetória, é através do Plano Individualizado de Transição, que segundo Barbosa e Miguel (s/d, p.03) consiste em um

[...] documento que sintetiza o projeto de vida de cada aluno com NEE [necessidades educacionais especiais], para uma vida social adequada, com inclusão efetiva no meio envolvente (social, familiar ou numa instituição), que promova atividades de carácter ocupacional e, preferencialmente, o exercício de uma atividade profissional. É um processo dinâmico, a curto, médio e/ou longo prazo, com o propósito de desenvolver a capacitação e a aquisição de competências sociais necessárias à inserção familiar e comunitária.

Ainda sobre a transição para a vida adulta, Lopes, Silva, Alves e Paço (2017, p. 49) destacam que



o processo de transição para a vida ativa deve ser entendido como um processo que se constrói ao longo do tempo, onde se destaca a relevância do investimento feito por cada um dos agentes sociais (escola, família, sociedade/comunidade) para o crescimento e desenvolvimento do indivíduo, seja ou não portador de deficiência.

Neste contexto, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que ainda se constitui como um dos principais parâmetros para as políticas públicas educacionais inclusivas, entre suas proposições, aponta que Jovens com deficiência precisam de auxílio no processo de transição efetiva da escola para o trabalho, de maneira que esta se torne válvula propulsora que os ajude a se tornarem economicamente ativos e equipá-los com as habilidades necessárias ao cotidiano da vida, proporcionando treinamento em habilidades que satisfaçam às demandas sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta.

Ainda de acordo com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), o currículo para alunos com deficiências deveria incluir programas específicos de transição, sempre que possível e consequente treinamento vocacional que os prepare a funcionar independentemente enquanto membros contribuintes em suas comunidades e após o término da escolarização.

Deste modo, a atividade prática é essencial à troca de experiências, ao aperfeiçoamento técnico e ao desenvolvimento de competências como julgamento e a crítica, visão sistêmica, criatividade e iniciativa, condições importantes formação de qualquer profissional. Sendo assim, esta proposta caracteriza-se por propor um programa que pense no itinerário formativo do aluno com deficiência intelectual de forma a favorecer o alcance de níveis mais elevados de ensino, como por exemplo, a preparação para inserção no mundo do trabalho (MASCARO, 2016)

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de pesquisa que



tem como foco investigar as possibilidades da elaboração e aplicação do Plano Individualizado de Transição (PIT) no contexto do AEE com estudantes com deficiência intelectual matriculados no segundo segmento do Ensino Fundamental da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC.

METODOLOGIA

As ações da pesquisa estão estruturadas em consonância com a matriz qualitativa da pesquisa, de acordo com os pressupostos da pesquisa-ação (GLAT; PLETSCHE, 2012; OLIVEIRA, 2008; PIMENTA, 2005, 2006; REDIG, 2016; THIOLENT, 2011). Importante ressaltar que a pesquisa-ação tem a função de diagnosticar, acompanhar e avaliar uma condição, além de procurar saídas para os problemas com os quais o pesquisador depara-se em campo. Sobre este assunto, Thiollent (2011) pontua que a pesquisa-ação pode ser ratificada quando existir uma ação direta dos envolvidos na situação problema e que essa ação apresente cunho investigativo, sendo aplicadamente organizada e conduzida.

O lócus da pesquisa, o Núcleo de Estudos e Assessoria Pedagógica à Inclusão – NEAPI, núcleo pertencente à Divisão de Diversidade e Inclusão Educacional – DIVIN¹ da FAETEC, tem em seu escopo de atuação o desenvolvimento de projetos relacionados à inclusão escolar e assessoramento do AEE em toda a rede.

Os alunos sujeitos da pesquisa são jovens com deficiência intelectual, com faixa etária entre 16 e 20 anos, atendidos no AEE no contraturno e cursando os anos finais do ensino fundamental numa escola na mesma rede.

A priori, será realizado um levantamento bibliográfico e documental das produções acadêmicas a respeito do tema. A partir de então, pretende-se

¹ A DIVIN é um setor da Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC, Rede de escolas pertencente à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, responsável por proporcionar Educação Profissional em todos os níveis de ensino.



aplicar um Plano Individualizado de Transição, baseado nos interesses e competências do aluno. Os sujeitos deverão cumprir parte da sua carga horária semanal em ambientes laborais na própria rede FAETEC, onde, por meio da observação e da prática, vivenciarão as rotinas destes espaços, agregando conhecimentos técnicos e práticos das atividades correlatas.

A prática profissional, como parte ativa do aprendizado curricular, será acompanhada por um professor supervisor, neste caso, a pesquisadora, no ambiente em que a mesma se dará e de um profissional do respectivo setor.

RESULTADOS PARCIAIS

Esta proposta tem sido construída colaborativamente entre as autoras desde o início do corrente ano. O primeiro semestre foi dedicado à escolha dos sujeitos e ao levantamento de literaturas relativas ao tema (REDIG; MARTINS; OLIVEIRA, 2017, 2018; REDIG; MASCARO; PINHEIRO; NASCIMENTO, 2018). Durante este levantamento, foi possível observar a escassez de trabalhos científicos relativos à temática em questão. Realizamos então, uma investigação nos anais do VII Congresso Brasileiro de Educação Especial e X Encontro Nacional de Pesquisadores da Educação Especial, no eixo temático de número dez “Educação Especial, Profissionalização, Programa de Transição, Trabalho”. Neste eixo foram encontrados 25 trabalhos que contemplam as várias vertentes dos temas postos em questão no referido eixo (REDIG; MASCARO; PINHEIRO; NASCIMENTO, 2018).

Foi constatado que somente 7% destas produções tratam especificamente da transição para o trabalho da pessoa com deficiência. Com base nestes resultados, fez-se necessário buscar arcabouços teóricos nas literaturas portuguesa e americana, onde foi possível conhecer modelos de planos de transição a partir das respectivas concepções de educação.

Tais modelos, juntamente com os aplicados no Brasil, serão analisados e então, um será escolhido para compor a pesquisa, devendo ser aplicado a priori no período que compreende de agosto a dezembro de 2018.



CONSIDERAÇÕES

Este projeto apresenta-se como um viés inovador, se considerada a ausência de políticas públicas específicas para o processo de transição para vida adulta de estudantes com deficiência intelectual.

A despeito de diversos aparatos legais existentes no Brasil, atinente à colocação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, o número de estudos que discutem a escola como um caminho de inclusão social e laboral é insuficiente (REDIG, MASCARO, PINHEIRO, NASCIMENTO, 2018).

Pretende-se que os resultados da referida pesquisa, possam colaborar e incentivar a elaboração de diretrizes para o trabalho pedagógico na perspectiva da inclusão social e laboral com os alunos jovens e adultos que possuem deficiência intelectual. Não obstante entendamos que ainda há um longo caminho a percorrer na concretização de uma escola que atenda à diversidade, como discorre Saviani (2007, p.63) “Nós temos que atuar nas instituições existentes, impulsionando-as dialeticamente na direção de novos objetivos. Do contrário, ficaremos inutilmente sonhando com instituições ideais”. Com isso, os profissionais da referida instituição propulsionam caminhos ao propor novas trilhas a percorrer de um processo educacional que se encontra debilitado que não atende as expectativas dos alunos, pais e dos próprios professores.



REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília – DF. Senado, 1988.

BRASIL. RESOLUÇÃO 9394, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, Emprego e Renda. **Políticas de Juventude**. Ministério do Trabalho e Emprego, 2012.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009, **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial** MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

CARVALHO-FREITAS, M. N. **Inclusão: Possibilidades a partir da formação profissional**. Ebook, UFSJ, São João Del-Rei, 2015.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, R; WANDERLEY, L. E. W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ., 2011.

FOGLI, B. F. C. dos S. **A dialética da inclusão em educação : uma possibilidade em um cenário de contradições “um estudo de caso sobre a implementação de inclusão para alunos com deficiências na rede de ensino Faetec”**, 173 f. Tese de Doutorado, UERJ, 2010.

GLAT, R. Autodefensoria/autogestão: movimento em prol da autonomia de pessoas com deficiência mental uma proposta político-educacional. In: **Anais do 9º Congresso Estadual das APAEs de Minas Gerais**. Belo Horizonte/MG. 2004..

GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. Plano educacional individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. **Ciências Humanas e Sociais em Revista**, v. 34, n. 1, 2012.

KUENZER, A. Z. **A educação profissional nos anos 2000. A dimensão subordinada das políticas de inclusão**. Educação & Sociedade. Campinas, v27, n.96, p. 877-910, 2006.



LOPES, M. C. S.; SILVA, A.; ALVES, J.; PAÇO, E. **Percepções dos professores face à transição para a vida ativa de alunos com NEE.** REVISTA DE ESTUDIOS E INVESTIGACIÓN EN PSICOLOGÍA Y EDUCACIÓN, Vol. Extr., No. 07 s/d.

MASCARO, C. A. A. C. **Inclusão e profissionalização do aluno com deficiência intelectual** 1. ed. – Curitiba: Appris, 2016.

REDIG, A. G. **Inserção profissional de jovens e adultos com deficiência intelectual.** 1ed Curitiba: Appris, 2016.

REDIG, A. G.; MASCARO, C. A. A. C.; PINHEIRO, V. C. S.; NASCIMENTO, V. L. Perspectivas para a vida adulta de estudantes com deficiência: uma discussão necessária no cotidiano da escola contemporânea. **V Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão.** Niterói, 2018.

REDIG, A. G.; MASCARO, C. A. A. C.; PINHEIRO, V. C. S.; NASCIMENTO, V. L. Perspectivas para a vida adulta de estudantes com deficiência: uma discussão necessária no cotidiano da escola contemporânea. In: **V Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão.** Niterói, 2018.

SAVIANI, D. **Educação do senso comum à consciência filosófica.** Autores Associados, 2007.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** In Metodologia da pesquisa-ação. Cortez. 2011.

VIEIRA, S. de C. A. Deficiência intelectual: construção do conhecimento e o atendimento educacional especializado. In: **Anais do I Seminário luso-brasileiro de educação inclusiva.** PUCRS, 2017.